

**ANÁLISE DE ASPECTOS ECONÔMICOS DE HORIZONTINA E MUNICÍPIOS
LIMÍTROFES: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO
NO CONTEXTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS**

SILVA, Jonas D.¹, SAWITZKI, Stephan¹, REICHERT, Marliza Beatris¹

¹ FAHOR, Professor, Faculdade Horizontina, Campus Arnaldo Schneider, Avenida dos Ipês, 565, Horizontina, RS, Brasil.

Email: silvajonasd@fahor.com.br

RESUMO

Este artigo aborda a temática do desenvolvimento econômico no contexto das cidades contemporâneas, numa reflexão à luz das teorias sobre cidades e inovação nos espaços urbanos. Traz uma sistematização a cerca das teorias contemporâneas do urbano e das relações econômicas, sociais, culturais e políticas nas cidades e entre regiões, num olhar sobre o desenvolvimento endógeno como resposta as desigualdades regionais. Por fim traz uma análise de aspectos econômicos da região formada por Horizontina e os municípios limítrofes visando instigar reflexões sobre o desenvolvimento local.

Palavras-chaves: desenvolvimento endógeno; cidades; espaço territorial; fluxos de relações.

**ANALYSIS OF ECONOMIC ASPECTS OF HORIZONTINA AND BORDERING
MUNICIPALITIES: REFLECTIONS ON ENDOGENOUS DEVELOPMENT
POLICIES IN THE CONTEXT OF CONTEMPORARY CITIES**

ABSTRACT

This article approaches the theme of economic development in the context of contemporary cities, in a reflection enlightened on the theoretical basis about cities and innovation in urban spaces. It systematizes the contemporary theories of urban and economical, social, cultural and political relations in cities and between regions, in a look at what is about endogenous development as a response to regional inequalities. Finally, it provides an analysis of the economic profile of the region formed by Horizontina and the neighboring municipalities in order to instigate reflections on local development.

Keywords: endogenous development; cities; territorial space; relationship flows.

1 INTRODUÇÃO

Como ponto de partida para abordar a questão das cidades e o desenvolvimento faz-se necessário elencar alguns aspectos em relação ao municipalismo no Brasil. Primeiro, a partir da Constituição Federal de 1988 implementou-se um processo de descentralização política, elevando os municípios a condição de ente federativo, o que os levou a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. Este processo por um lado

estabeleceu transferências intergovernamentais de recursos fiscais e algumas competências tributárias próprias dos municípios. De outro, incumbe-se aos municípios a obrigação pela prestação de serviços públicos essenciais, tanto por deliberação legal quanto por exigência da população que vê no município – o ente federado mais próximo do cidadão – o socorro para suas necessidades.

Segundo, os critérios estabelecidos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios possibilitou as condições favoráveis à criação de novos no período de 1988 a 2001, onde o estado do Rio Grande do Sul foi o que mais teve emancipações, no total foram 253 novos municípios. O sonho do desenvolvimento alimentado com a emancipação não necessariamente tem se realizado e sérias desigualdades econômicas e sociais são observadas entre regiões e municípios.

Terceiro, são muitos os trabalhos da área econômica, administrativa e política a abordar o fenômeno da descentralização política e fiscal e o processo de emancipação municipal. São basicamente duas correntes. Uma, de especialistas em economia pública (PRADO, 2001; GOMES E MACDOWELL, 2000; RIBEIRO, 1998), claramente contrária ao movimento emancipacionista. Esses autores sustentam que se criou um excesso de municípios e aumentando as despesas com estrutura e serviços das administrações. A outra corrente reúne os pesquisadores favoráveis às emancipações (REIS FILHO, 1997; FERRAZ, 1991; MONTORO, 1985), defendendo que esta aumenta o poder decisório das comunidades, melhora a distribuição das receitas públicas e facilita o acesso aos serviços públicos urbanos.

Quarto, os municípios necessitam de um desenvolvimento sustentável que vise à melhoria na qualidade de vida das pessoas através do acesso à educação, saúde, saneamento básico, infraestrutura, lazer, cultura e trabalho digno. Entretanto, deve-se considerar que antes da realidade local, municipal, há um contexto regional de fluxos de relações e negócios que influencia diretamente no processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento municipal. Vale lembrar que “o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos” (PERROUX, 1967). Se o espaço da economia nacional não é único e somente o território da nação, quanto mais o território do município seria um espaço próprio econômico.

Ademais, se “o tempo e o espaço estão encolhendo” (BAUMAN, 2010) o questionamento que pode ser feito é como ficam as ações de desenvolvimento nos municípios diante de um mundo cada vez mais conectado? O alcance das ações do município limitado ao seu território teria alguma efetividade? Ainda é válido falar de desenvolvimento local, com conotação municipal, especialmente naqueles pequenos? Inspirado nestas três perguntas este

artigo propôs uma reflexão sobre o tema a partir do perfil dos municípios da região do entorno de Horizontina.

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Cumprir referenciar que ao falar de municípios no Brasil estamos tratando de um ente federado, portanto uma personalidade jurídica que está vinculada obrigatoriamente a um espaço físico (território) sobre o qual exerce a sua jurisdição (MEIRELLES, 2006). Por outro lado, é nestes espaços territoriais que se situam as cidades, parte urbana do território, também dedicado a sede do governo municipal (SILVA, 2008). Este conceito de cidade vem sofrendo significativas transformações ao longo do tempo impactado por mudanças nas diferentes áreas da vida humana e de organização da sociedade.

A primeira discussão é sobre a definição de urbano e rural pautada por autores como Graziano da Silva (1999), Veiga (2002), Marques (2002) e Grammont (2005), entre outros. Neste debate, há basicamente duas grandes abordagens sobre as definições de urbano e rural, sendo: a dicotômica e o continuum. Na dicotômica, o campo se opõe a cidade por suas características. Na continuum a industrialização é o elemento de aproximação entre o campo e a cidade. Aqui não é aprofundado, tratando da cidade como espaço urbano contínuo ao campo, o que põem o território municipal num plano único (campo-urbano).

Dependendo da área das ciências e da corrente a qual o autor se vincula, é a ênfase dada a determinados aspectos das cidades, ainda que a maioria convirja para compreensão do urbano como um espaço de complexidades. Desta forma a cidade seria um “sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação” e ao mesmo tempo “o lugar das contradições acumuladas” (HARVEY, 1973). É vista como “um espaço geométrico, mas também como um espaço físico, um espaço-tempo, um espaço econômico, um espaço social e um espaço percebido e vivido” (BASTIÉ e DEZERT, 1980). A cidade é ainda “uma organização destinada a maximizar a interação social” (CLAVAL, 1981).

No livro *A Cidade Informacional*, Manuel Castells (1989) anuncia “o surgimento histórico de um espaço de fluxos, superando o significado do espaço dos lugares”, ou seja, resultante mais das interações e fluxos do que da vinculação com um determinado recorte territorial. O autor não propõe uma definição de cidade, tratando apenas a ideia de que na sua

estrutura espacial haja uma capacidade de combinar segregação, diversidade e hierarquia. Portanto, complexidades.

Pode-se dizer que a cidade “é um território particular ou uma combinação de territórios” (RONCAYOLO, 1990), de modo que organizaria tanto um território quanto um sistema de relações. Assim sendo, para além do espaço físico, estudos sobre as cidades deveriam analisar a população, as funções, a cultura, a morfologia, a divisão social e divisão funcional do espaço urbano, a política e a economia. Corrobora com esta visão o conceito proposto por Francesco Indovina (1990), o da cidade difusa, cuja característica seria uma massa consistente de população, combinada com um gama de serviços e atividades produtivas, dispersa em um território muito vasto, com conexão entre os distintos pontos do território.

Mais recentemente o olhar sobre as cidades se firma no sentido de ultrapassar definitivamente os limites de um espaço urbano limitado há um município. Foca na dinâmica da formação de novas formas espaciais que englobam as metrópoles existentes, se situando numa espécie de fronteira entre o local e o regional (ASCHER, 1995). Nestas novas abordagens surge a proposta de uma visão urbana pela lógica dos cyberspace (BOYER, 1996) que conjugaria as contradições físicas e sociais urbanas e os das redes de relações de informações e interações diversas, sociais, econômicas, culturais e políticas.

Isso provocaria enormes mudanças em direção à cidade informacional (pós-modernismo) deixando para trás a cidade máquina (modernismo). Em outras palavras as CyberCities (BOYER, 1996), corresponderiam a desmaterialização do espaço físico e a desconstrução do tempo cronológico como conhecido até então. No Dictionnaire La Ville et L’urbain (2006), encontramos a cidade caracterizada, entre outros aspectos, como um meio de inovação em múltiplas redes de forma hierarquizada:

“Um meio de habitat denso, caracterizado por uma sociedade diferenciada, uma diversidade funcional, uma capitalização e uma capacidade de inovação que se inscrevem em múltiplas redes de interação e que formam uma hierarquia, [...] que vão desde as pequenas cidades até as maiores” (PUMAIN 2006, p. 303).

De certo modo a relação das cidades com a inovação (e vice-versa) na literatura não é propriamente dita recente, embora tenha ganhado novas abordagens vinculadas e materializadas pela tecnologia da informação. Mantém, por certo, o entendimento que as cidades são o espaço de interações e novas combinações (inovação) capazes de provocar mudanças que desencadeiam desenvolvimento (endógeno). A inovação, dada pela mudança tecnológica e organizacional é o agente básico de desenvolvimento econômico (Schumpeter,

1934) e de urbanização (Lampard, 1955), enquanto o tipo de organização das empresas condiciona a difusão do desenvolvimento e os processos de urbanização (Lasuén, 1973).

Quanto ao desenvolvimento regional, a partir dos anos 1970 é proposta a teoria do desenvolvimento territorial (ou endógeno), tendo J. Friedmann e C. Weaver como precursores. Esse movimento é inspirado na revolução cultural na China, nos relatórios do Clube de Roma de 1972 e na noção de necessidades essenciais dos indivíduos. Também são inspiração para esta nova abordagem o eco-desenvolvimento e noção de que outra forma de desenvolvimento é possível, além do fortalecimento das questões ambientais e da crítica marxista à desigualdade (AYDALOT, 1985).

A estratégia de desenvolvimento endógeno busca impor uma mudança na lógica da organização da vida econômica, com o retomo a uma visão territorial (local), via valorização dos recursos locais, participação da população e busca por respostas práticas às necessidades da população (AYDALOT, 1985). Desde o final dos anos de 1980, se por um lado temos movimentos “para fora” com subcontratações, alianças e fusões por parte das empresas e maior abertura comercial e aumento no volume de capital em circulação mundial por parte dos países, de outro, as regiões no interior dos países fazem um movimento “para dentro” (AMARAL FILHO, 2001).

Esta abordagem a respeito do desenvolvimento não necessariamente despreza os conceitos e estratégias desenvolvidas duas décadas antes (de 1950) e que pautaram as ações de planejamento nos de 1960. De certa forma a abordagem do desenvolvimento endógeno busca encontrar forças e recursos locais capazes de articulados resultarem em pólos de crescimento (Perroux, 1955), de causação circular cumulativa (Myrdal, 1957) e/ou de efeitos para trás e para frente (Hirschman, 1958). Tem na atuação do Estado (por seu braço local) e comunitária sua força de coordenação, buscando criar sinergias capazes de minimizar as distorções geradas pelo mercado que resultam em desigualdades entre países e regiões (Siedenberg, 2012).

2.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para MINAYO (1993), a pesquisa “é uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. Deste modo, pesquisa pode ser compreendida como um processo de construção de um caminho em busca da compreensão do objeto de estudo sustentado em pressupostos epistemológicos e teóricos. Sendo assim, inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica

para a construção de um referencial teórico a cerca das cidades, de estudos sobre o tema e do desenvolvimento regional.

A presente pesquisa é do tipo exploratório e descritivo. Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica através de livros, revistas e artigos científicos, além de documentos publicados pelas prefeituras municipais e dados disponíveis em sites oficiais. Os registros municipais foram obtidos através de consultas ao banco de dados do Tribunal de Contas do Estado, Secretaria Estadual da Fazenda, IBGE, FEE-RS e CNM. Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, onde foram tabulados e apresentados através de tabelas e gráficos, sendo os valores trazidos para valor presente pelo índice INPC.

A população da pesquisa é formada por 6 (seis) municípios integrantes dos COREDES¹ Fronteira Noroeste e Celeiro, todos limítrofes ao município de Horizontina, que é o mais industrializado da região. A escolha destes municípios deu-se pelo interesse do pesquisador em compreender melhor com esta microrregião no entorno de Horizontina, cidade que é sede da empresa John Deere S/A² pode articular suas ações de desenvolvimento local. Além de Horizontina, integram a pesquisa os municípios de Doutor Mauricio Cardoso, Crissiumal, Boa Vista do Buricá, Nova Candelária, Tucunduva e Três de Maio.

Os dados analisado foram coletados nas seguintes fontes e datas correspondentes: População com base no Censo Demográfico de 2010 e PIB com base no ano de 2015, ambos pelo IBGE³; dados de emprego e média salarial com base na posição de 31 de dezembro de 2016, informado pelo CAGED⁴; e de exportação com base no ano de 2014, medido pela FEE⁵. Foram usados os últimos dados divulgados de forma sistematizada pela respectiva fonte. O fato de serem de datas diferentes, não afeta a análise proposta pelo artigo já buscar fazer um levantamento exploratório dos indicadores, sem necessariamente estabelecer relação entre eles.

Foi analisado o PIB⁶ buscando identificar diversificação na sua composição de maneira que possibilitasse identificar alguma relação de complementariedade entre as atividades econômicas dos municípios. O mesmo foi feito com relação à distribuição do emprego por setores e com o salário médio da população empregada formalmente, além de

¹ Conselhos Regionais de Desenvolvimento criados pela Lei Estadual nº 10.283/1994.

² Companhia norte-americana instalada o município onde fabrica plantadeiras e colheitadeiras.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Cadastro Geral de Empregados e Desempregado.

⁵ Fundação de Economia e Estatística do RS.

⁶ Produto Interno Bruto.

analisar a distribuição da população entre urbana e rural. Soma-se a estes ainda o dado da exportação, medida pela FEE considerando a venda de produtos ao exterior na modalidade FOB⁷.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados a respeito das informações dos municípios selecionadas para a pesquisa ajuda a retratar melhor algumas características econômicas da região visando identificar possíveis relações de diversidade no conjunto de municípios. Deste modo, inicialmente analisa-se o conjunto de informações municipais sistematizadas e agregadas dos municípios pesquisados.

Os sete municípios juntos compreendem uma população de 76694 habitantes, segundo Censo 2010 do IBGE, destes 51384 são residentes na área urbana e 25310 residentes no meio rural, ou seja, cerca de 67% da população mora na zona urbana. Da população total, 18387 estavam empregados formalmente em 31 de dezembro de 2016, conforme dados do CAGED, sendo que a maioria 5585 atuava na indústria de transformação, seguido do setor de serviços 4661 e do comércio com 4649. Já a administração pública empregava 2685, incluindo todas as esferas estatais presentes nos municípios. A construção civil empregava 287, os serviços industriais de utilidade pública outros 269, e a agropecuária, vem em penúltimo lugar como setor empregador com 228 trabalhadores formais. Outros 23 atuavam na extração mineral. O salário médio mensal percebido pelos trabalhadores formais na região era de R\$ 2.150,63.

Quanto ao PIB, somados os municípios produziram em 2015 um total de R\$ 2,969 bilhões, segundo a FEE. Do ponto de vista setorial, os serviços são o responsável pela maior parte do PIB tendo gerado um produto de R\$ 1,160 bilhão na soma dos sete municípios, seguido pelo setor da indústria com R\$ 614,49 milhões. Os impostos foram responsáveis por R\$ 424,63 milhões, enquanto o setor público contribuiu com R\$ 355,90 milhões para o PIB da região pesquisada. Já o setor agropecuário produziu R\$ 413,49 milhões, em 2015. Regionalmente, se fizéssemos uma divisão simples do PIB de 2015 pela população total indicada pelo Censo, teríamos um PIB Per Capita de R\$ 38,713 mil.

Com relação às exportações, os dados da FEE indicam que a região vendeu diretamente o exterior um montante de U\$ 153,26 milhões em 2014. Se este valor for calculado com base no Real - que fechou aquele ano cotado em R\$ 2,659 - foram exportados pela região um montante de R\$ 407,52 milhões. Os dados estão sistematizados no quadro 1.

⁷ Free On Board. Embarcado sob a responsabilidade do exportador até a entrega das mercadorias em seu destino.

Quadro 1 – Sistematização do PIB, população, emprego, média salarial e exportação dos municípios da região estudada.

Indicador	Dr. Maurício Cardoso	Crissiumal	Boa Vista do Buricá	Nova Candelária	Tucunduva	Horiz
PIB Total ⁸	R\$ 167,34	R\$ 292,28	R\$ 169,70	R\$ 116,12	R\$ 175,70	R\$ 1
PIB Agropecuário	R\$ 71,59	R\$ 70,83	R\$ 37,55	R\$ 37,50	R\$ 44,75	R\$
PIB Indústria	R\$ 7,09	R\$ 29,43	R\$ 19,92	R\$ 30,47	R\$ 7,19	R\$
PIB Serviços	R\$ 55,05	R\$ 110,76	R\$ 71,34	R\$ 20,54	R\$ 83,27	R\$
PIB Público	R\$ 25,13	R\$ 61,04	R\$ 30,24	R\$ 14,33	R\$ 27,69	R\$
PIB Impostos	R\$ 8,466	R\$ 20,21	R\$ 10,62	R\$ 13,26	R\$ 12,78	R\$
População Total	5313	14084	6574	2751	5898	18
População urbana	2619	6124	4366	709	4035	14
População Rural	2694	7960	2208	2042	1863	3
Empregados	616	2626	1681	884	972	56
Extração Mineral	0	5	0	0	0	1
Ind. Transformação	77	814	453	524	102	22
Serv. Ind. U. Pública	2	21	8	0	2	4
Construção Civil	2	69	21	15	4	8
Comércio	213	668	359	129	361	10
Serviços	69	442	456	28	277	13
Adm. Pública	221	567	370	145	205	6
Agropecuária	32	40	14	43	21	4
Média salarial	R\$ 2.234,05	R\$ 1.728,12	R\$ 1.664,92	R\$ 2.234,09	R\$ 1.929,86	R\$ 3
Exportação ⁹ (\$ FOB)	\$ 0	\$ 3,38	\$ 0,03	\$ 0	\$ 6,23	\$ 143,

Fonte: autores

⁸ PIB total e setorial apresentado em milhões de reais.

⁹ Exportação apresentada em milhões de dólares.

Ao analisar separadamente cada município observa-se que há diferenças entre eles no seu perfil econômico, revelando algumas contradições em relação ao que se discute e é pautado em muitos dos espaços que seriam os motores do desenvolvimento endógeno regional. No caso do PIB observa-se que quatro municípios, sendo Três de Maio, Crissiumal, Tucunduva e Boa Vista do Buricá tem o maior PIB setorial nos serviços. Já dos outros três, Doutor Maurício Cardoso e Nova Candelária tem na agropecuária seu maior PIB, enquanto Horizontina tem na indústria o melhor desempenho, sendo responsável sozinho por cerca de 71% do PIB do setor na região.

Quanto à população Três de Maio, Horizontina, Tucunduva e Boa Vista do Buricá tem a maioria dos habitantes na cidade, os outros três tem mais moradores na zona rural. Quanto à ocupação formal, Horizontina, Nova Candelária e Crissiumal tem a maior parte dos empregos na indústria de transformação, enquanto Tucunduva tem no comércio sua maior fonte de empregos. Em Três de Maio os setores dos serviços e do comércio, respectivamente, quase empatados como os que mais empregam. Boa Vista do Buricá tem quase empatados como mais empregadores os setores de serviços e da indústria de transformação. Doutor Maurício Cardoso tem a administração pública como maior empregador, seguido do comércio.

O maior salário médio mensal é pago em Horizontina com R\$ 3.062,90 e o menor em Boa Vista do Buricá com R\$ 1.664,92. Quanto às exportações Horizontina é responsável sozinho por 94% de tudo o que a região exporta. Vale lembrar que estamos falando de exportação direta pelo produtor/vendedor local, não incluindo no cálculo os setores de grãos e proteína animal, por exemplo, que também exporta, mas que tem esta operação executada por outras etapas da cadeia localizadas fora da região estudada.

Como pode ser identificada nos dados apresentados, a realidade regional é diferente da realidade local de cada município separadamente. Como vimos o PIB regional dos serviços é o mais vultoso, mas nem todos os municípios tem neste setor o mais importante neste quesito, ainda que este seja o mais equilibrado em termos proporcionais dentro de cada município. Já com relação à indústria o impacto regional é causado por Horizontina com sua indústria de máquinas agrícolas, enquanto os outros têm este setor bem menos dinâmico.

Alguns fatos observados chamam atenção. Um deles é o caso do município Crissiumal que tem na indústria seu maior empregador, e ao mesmo tempo este setor é apenas o 4º em importância no PIB municipal, atrás, por exemplo, do setor público. Esta diferença em relação à Horizontina, especialmente, deve-se ao perfil da indústria, sendo que no primeiro está mais voltada a calçadistas, têxtil e moveleira, no segundo esta baseada em máquinas e equipamentos agrícolas que tem maior valor agregado. Doutor Maurício Cardoso tem maior

PIB na agropecuária, mas este é um dos setores que menos emprega no município, com apenas 32 empregados formais.

Como pode ser visto na caracterização dos municípios pesquisados, os sete podem ser classificados como de pequenos, conforme critérios do IBGE, que considera pequena cidade as que têm até 100 mil habitantes. Por esse critério, se somada a população dos municípios pesquisados, a região não chega ao porte de uma cidade média que teria que ter população acima de 100 mil. Ainda que existam outros critérios de classificação do porte de cidade, a população também é usada por autores como Santos (1994), Braga (2005), Maricato (2001), Amorim Filho e Serra (2001), Brito, Horta e Amaral (2001), Andrade e Serra (2001a) e Lima (1998).

Do ponto de vista qualitativo, que usa critérios diferentes do da população, como a função que desempenha na rede urbana, importância regional, características socioeconômicas e demográficas da área de influência, aspectos defendidos por autores como Santos e Silveira (2001) e Corrêa (2007), a faz a classificação de porte mais complexa. Por esta razão a análise dos dados da pesquisa não se propôs a este objetivo, mas percebe-se alguns indicativos como a clara influência da regional da indústria de Horizontina e a forte influência regional dos serviços em Três de Maio.

CONCLUSÃO

Os fluxos das relações precisam ser melhor compreendidos para identificar a existência de potenciais fortalecedores da dinâmica econômica regional a partir de uma complementariedade das cadeiras produtivas. As diferenças de características econômicas entre os municípios pesquisados e a região podem ser o indicativo de um ajuste dos setores a uma escalabilidade mínima viável a oferta de alguns bens e serviços do ponto de vista do consumo, por um lado, e, de insumos, de outro.

Este artigo limitou-se a sete municípios, entretanto a compreensão dos fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos são muito mais amplos que esta delimitação geográfica. Por isso o olhar regional possivelmente precisa ser ampliado para abarcar as variáveis mais importantes quantitativa e qualitativamente num processo de planejamento do desenvolvimento local. Cabendo aqui, mais do que trazer respostas, reforçar a pergunta: é suficiente e eficaz abordar o desenvolvimento seguindo um recorte meramente territorial municipal? Possivelmente há o que pode ser feito em cada município e por cada um deles, e outras ações que só terão alguma eficácia com ações articuladas regionalmente.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local, Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA, Brasília, 2001.
- ASCHER, F. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: O. Jacob, 1995.
- AYDALOT, P. - **Economic régionale et urbaine**. Paris: Econômica, 1985.
- BASTIÉ, J.; DEZERT, B. **L'espace urbain**. Paris: Masson, 1980.
- BAUMAN, Z; May, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Zahar, 2010.
- BOYER, C. **CyberCities**. New York : Princeton Architectural Press, 1996.
- CLAVAL, P. **La logique des villes. Essai d'urbanologie**. Paris: Litec, 1981.
- FERRAZ, J. F. **Urbis Nostra**. São Paulo: Pini, 1991.
- GOMES, G. M; Macdowell, M. C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social**. IPEA, Brasília, 2000.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973]
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 15. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MONTORO, F. (1985). **A prática da descentralização em São Paulo**. Pronunciamento no Congresso Nacional de Vereadores. Brasília, DF, Brasil.
- PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.
- PRADO, S. **Transferências e financiamento municipal no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2001.
- PUMAIN, D.; PAQUOT, T., KLEINSCHMAGER, R. **Dictionnaire La ville et l'urbain**. Paris : Anthropos, 2006.
- REIS FILHO, N. G. (1997). **Urbanização e urbanismo no Brasil**. Cadernos de Pesquisa do LAP,19
- RIBEIRO, V. L. S. (Coord.) (1998). **Conjuntura urbana 2: criação de novos municípios**. Secretaria de Política Urbana, Brasília, DF, Brasil.
- RONCAYOLO, M. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990.
- SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 5. Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.